



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Jack Rocha - PT/ES

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES
REQUERIMENTO Nº DE 2024
(Das Sras. Deputadas Jack Rocha - PT/ES e Érika Kokay - PT/DF)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o resultado do 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.

Senhora Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater o 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, com o compartilhamento de informações e prestação de esclarecimentos fundamentais às/aos parlamentares que integram esta Comissão de mérito e da Comissão de Trabalho, posto que poderá ser realizada em conjunto.

Indicamos a oitiva das seguintes convidadas:

1. Representante da Secretaria de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres;
2. Paula Montagner - Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
3. Adriana Marcolino - Representante do Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; e
4. Marilane Teixeira – pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade de Campinas.

JUSTIFICAÇÃO

É fundamental que esta Comissão tenha oportunidade de conhecer, em detalhes, os resultados do 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, que se articula com a implementação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023 (que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função), especificamente porque a Lei prevê a produção de Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, em relação ao fortalecimento dos mecanismos de transparência salarial (a lei) e de critérios remuneratórios.

O referido relatório aponta que as mulheres ganham 19,4% a menos que os homens, sendo que a diferença varia de acordo com o grande grupo ocupacional. Em cargos de dirigentes e gerentes, por exemplo, a diferença de remuneração chega a 25,2%.

Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 252 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5252/3252 | dep.jackrocha@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Jack Rocha - PT/ES

O balanço nacional foi elaborado a partir dos dados do eSocial, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2022 e das informações enviadas por 49.587 estabelecimentos com 100 ou mais empregados que responderam ao MTE entre 22 de janeiro e 8 de março (<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>).

O debate sobre o relatório permitirá aprofundar sobre os dados sobre salários, remunerações, critérios de remuneração, existência de planos de cargos e salários nas empresas, critérios para a promoção de cargos de direção e chefia e das políticas de incentivo e compartilhamento das obrigações familiares promovidos nos ambientes corporativos.

A fim de melhor formarem seu convencimento, relativo à realidade dos mundos do trabalho e às condições existentes no país em relação à formação da renda das mulheres trabalhadoras remuneradas, entendemos que é fundamental a realização desta audiência.

Periodicamente, são divulgados dados, especialmente relativos à *Pesquisa Mensal por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)*, publicada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, apontando a persistência das desigualdades entre mulheres e homens, negros e não-negros no mercado de trabalho nacional. Notadamente, com a presença da maioria de mulheres fora da composição populacional fora da força de trabalho, em decorrência de desemprego, desalento ou do preocupante percentual de informalidade, de subocupação e desalento que as atinge. Somado à maioria nas estatísticas do trabalho por conta própria sem registro formal, tudo isso contribuindo para a redução da renda das trabalhadoras.

Cumpramos registrar que 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres e a identificação da composição das fontes de suas rendas é elemento de alta relevância para o enfrentamento da pobreza das mulheres e suas famílias.

Outras pesquisas ou análises de pesquisas servem como base para a formação do convencimento parlamentar em relação a postura que pode adotar na apreciação de matérias pertinentes ao tema das mulheres e o mundo do trabalho, razão pela qual, apresentamos convidadas que poderão expor o quadro diagnóstico atual e estruturante da presença, ocupação e indicativos de desigualdade sobre as mulheres trabalhadoras.

O Relatório que propomos seja objeto do debate em audiência pública apresenta dados sobre os quais é preciso o conhecimento e a compreensão desta Casa, sendo pertinente sua realização em conjunto com a Comissão de Trabalho.

Por essas razões, apresentamos o presente Requerimento, entendendo que o tema é de fundamental colaboração para o bom desempenho parlamentar, confiantes no apoio dos demais integrantes para sua aprovação.

Sala das sessões, em _____ de abril de 2024.

Jack Rocha
Deputada Federal - PT/ES

Érika Kokay
Deputada Federal - PT/DF





Requerimento **(Da Sra. Jack Rocha)**

Requer a realização de
Audiência Pública para debater o resultado
do 1º Relatório Nacional de Transparência
Salarial e de Critérios Remuneratórios.

Assinaram eletronicamente o documento CD249281631200, nesta ordem:

- 1 Dep. Jack Rocha (PT/ES) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Erika Kokay (PT/DF)

